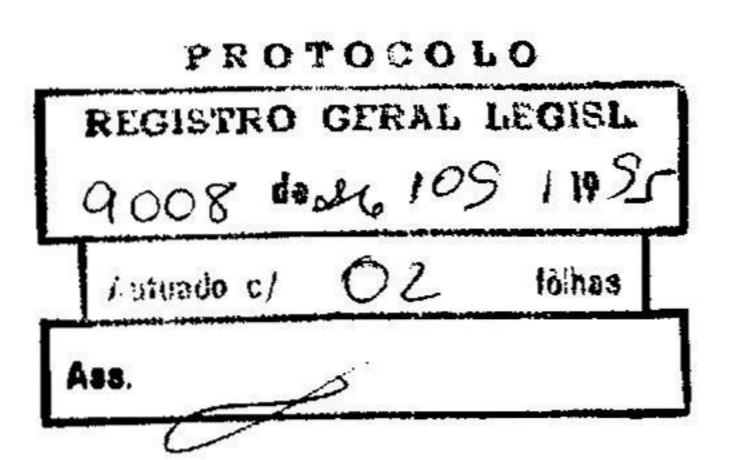


PROJETO DE LEI Nº 1/2, DE 1995.

FLS. N. O PP 00.9008

9 LO  $\infty$ 3 56 (1)



Proibe de uso embalagens descartáveis para acondicionamento e comercialização dos clorofluorcarbonos.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Fica proibido o uso, no Estado, de embalagens descartáveis para o acondicionamento, comercialização, armazenamento e transporte dos clorofluorcarbonos CFC 11 e CFC 12.

Artigo 2º - Os produtos mencionados no artigo anterior serão obrigatoriamente acondicionados em embalagens retornáveis, que atendam a padrões tecnicos estabelecidos pelas autoridades competentes.

Artigo 3° - Serão apreendidos os clorofluorcarbonos CFC 11 e CFC 12 encontrados em embalagens descartáveis.

Artigo 4° - A infração ao disposto nesta lei será punida:

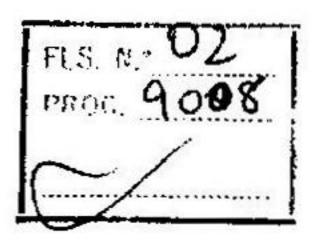
- I Com multa de mil UFESPS para o engarrafador, para o revendedor, e para o distribuidor, na primeira infração.
- II Em caso de reincidência, o valor previsto no inciso anterior, em décuplo.
- III Na hipótese de nova reincidência, cancelamento da inscrição estadual para comerciar, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

Artigo 5° - À Secretaria de Estado do Meio Ambiente incumbirá fazer cumprir o determinado pela presente lei.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



## **JUSTIFICATIVA**



O Brasil é signatário do Protocolo de Montreal e de seus complementos, tendo apresentado, em julho de 1994, o Plano Brasileiro para Controle das Labstâncias que destróem a Camada de Ozônio, para eliminar de forma gradativa o uso dessas substâncias no País.

Os clorofluorcarbono, especialmente os dois aludidos por este Projeto, são substâncias utilizadas em larga escala entre nós e sua emissão causa o maior impacto sobre a camada de ozônio.

Tudo se agrava pelo uso de embalagens inadequadas, especialmente as descartáveis, que, no momento de sua destruição, contribuem para emanação de parte de seu conteúdo para a atmosfera. Com isso, comprometem-se os esforços para a eliminação do uso de tais substâncias e, em certos casos, seus usuários correm sérios riscos.

Ocorre que, na realidade, nada de objetivo se fez para erradicação dessa prática perniciosa, seja em âmbito nacional, seja no que concerne aos Estados.

Esta proposição é uma tentativa de solucionar o problema pelo menos em São Paulo, já que o ideal, que seria a adoção das providências em caráter nacional, n de longe vem sendo objetivamente cogitado pelos órgãos federias.

Quem sabe se, com o evento "Dia Internacional do Ozônio", a ser realizado no próximo sábado, 16 de setembro, as autoridades de nosso País se abalançam a implantar, com seriedade, medidas preservativas da camada de ozônio, fundamental para proteção da qualidade da vida no próprio Universo.

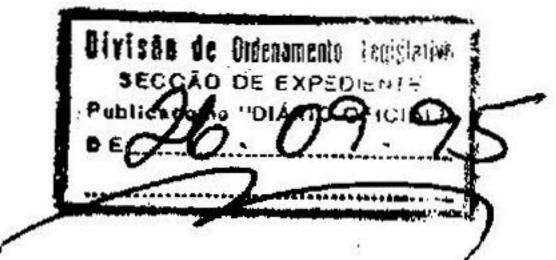
Sala das Sessões, em 14/09/95.

Divisão de Ordenamento Legislativo Esta proposição contém

SDC, 25/9/1199

Chefa de Segão

REYNALDO DE BARROS FILHO DEP. ESTADUAL



rios térmos do DEM 3. Paragrafo únido de artigo 140 da vil	
consolidação de Regimento Interno. A propesição esteva em	
pauta nos dias concendentes e 222°, à 2360 C Secces	
end (34)/9 6 3 10 60 19 95 ), não tendo	
recebido substitutivos;	
que seguem juntados às fis. de 11.0 — a	
D. O. L. 4/ 10/9(	
$\mathcal{A}$	
Ma Comistaces de	
Delin 15 Cuel Dorbiette	
1	
06/20lestar 1935	
RICARDO TRIPOLI - Presidente	
EXPEDIENTE DAS COMISSI	3 <b>6</b> 4
ENTRADA	
M 191 101 95	
CROL	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇÃ	
ENTRADA EM 19/10/95	
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Secretário de Comissão	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
_v s i k i B U i c X o	
com prazo para devolución Sur uno com prazo para devolución	40
com prazo para devolução dentre o 10	
719 95	
Presidente	
JUNI	ADA
Relaho	eu as
com quico 115	numeradas a partir
$\frac{1}{30}$	- hattil
	75

SECRETARIO DE COMISSÃO

82 988